

VIDA DE REFUGIADA

Até onde você iria para salvar a própria pele ou a dos seus filhos? A pergunta é de **Gabriela Cunha Ferraz**, advogada e mestra em direitos humanos, que prepara um documentário sobre refugiadas e conta aqui a história de quatro mulheres que chegaram ao Brasil depois de escapar de guerras e perseguições em seus países

FOTOS VICTOR MORIYAMA

N

o dia em que ouvi uma mulher dizendo: “Não sei onde meus filhos estão”, me esforcei para entender como isso havia acontecido. Mas foi ao escutar de outra: “Não sei se meus filhos permanecem vivos” que percebi a gravidade do problema. Milhares de mulheres deixaram suas crianças para trás, fugindo de uma das 15 guerras em curso no mundo e de intolerância política, étnica ou religiosa. A atual onda de deslocados configura, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), a maior crise migratória desde a Segunda Guerra. Só neste ano, 340 mil pessoas saíram às pressas, principalmente da Síria e de

nações da África, para recomeçar a vida na Europa. Enfrentaram traficantes de pessoas, governos insensíveis, policiais truculentos, fome, doenças e fronteiras fechadas. Cerca de 3 mil morreram no percurso. Muitos chegaram ao Brasil, que é signatário da Convenção da ONU para Refugiados, de 1952. Hoje o país dá asilo a 8 mil cidadãos de 81 nações. Outros 12 mil esperam aqui a resposta à solicitação de proteção do Estado. O refugiado, note-se, precisou sair da sua terra por medo. A principal diferença entre ele e o imigrante é a impossibilidade de voltar para casa. O país que o recebe não faz um favor, mas cumpre a obrigação de garantir direitos previstos em convenções incorporadas às leis nacionais.

Chegar a salvo a um território estranho não significa triunfo total, apenas uma etapa de uma longa e dolorida jornada. Há preconceito e dificuldade de inclusão. No Brasil, existem poucas políticas públicas, sobretudo para as deslocadas, tratadas da mesma forma que um refugiado do sexo masculino, sem atenção específica. Elas precisam, por exemplo, expressar seus sentimentos sem ter sequer quem as escute. Isso é bastante complicado: refugiadas falam outras línguas, às vezes dialetos, e o relato delas pode abalar até nossa forma de ver o mundo – poucos se dispõem a encarar essa tarefa e sair da própria zona de conforto. As quatro mulheres desta reportagem vivem em São Paulo e têm lutas parecidas com as de outras refugiadas. Detalhes de suas histórias foram omitidos ou camuflados por questão de segurança. Elas querem falar. Mas muitas de nós não estamos prontas para ouvir. Uma forma de quebrar a resistência é nos colocarmos no lugar delas para entender até onde iríamos para escapar da morte.

Silvie,
advogada,
saiu do
Congo no
porão de
um navio



Silvie



A saga da advogada Silvie, 32 anos, nascida na República Democrática do Congo, começou em 2013, à beira do mar. “Fui até o porto mais próximo e pedi que me deixassem embarcar, às escondidas, sem pagar passagem, porque não tinha dinheiro nem documentos na bolsa”, conta. Seu país vive conflitos permanentes, e a presença de milícias armadas no leste é forte. Porém, o que mais apavora a população da capital, Kinshasa, é a perseguição imposta pelo regime do presidente Joseph Kabila. Sucessor do pai e no poder há dez anos, ele se recusa a deixar o posto e reprime, com violência, a oposição e os defensores dos direitos humanos.

O marido de Silvie era membro da União Democrática para o Progresso Social, partido de oposição que acusa Kabila de fraudar as eleições. “Eu estava em casa quando meu marido ligou dizendo: ‘Fui preso, pega as crianças e foge como conseguir’”, lembra. “Desliguei e saí levando os dois menores pela mão e deixando a mais velha para minha mãe cuidar.”

Zarpavam, e as lembranças são estas: “Não sei quantos dias se passaram; o porão estava sempre escuro. O homem que nos embarcou ofereceu água e biscoitos para as crianças. Eu achava que iríamos para algum país da África ou da Europa. Ao descer, só vi gente branca e ninguém entendia a minha língua”. Silvie aportou em Santos (SP). No cais, ninguém falava francês, como ela. O responsável pelo navio,

então, parou um táxi e pediu que a levasse para o Brás, reduto de africanos na capital paulista. Silvie e os filhos ficaram dias na rua, passaram fome e frio até que um congolês indicou uma ONG que atende refugiados. Se houvesse um posto humanizado de acolhida em portos e nas principais fronteiras do país, parte desse sofrimento seria evitado. A lei diz que qualquer pessoa que vá a uma das nossas fronteiras pode pedir refúgio, independentemente da posse de documentos. Silvie não tinha essa informação.

Sob stress, foi recolhida em um abrigo católico. “Não sabia onde o homem que amo tinha sido preso nem se estava vivo, o que tirava a minha paz.” Nove meses depois, ao ser atendida novamente na ONG, a advogada ouviu pronunciarem o nome do marido. “Perguntei de quem falavam. Vi a ficha, reconheci a foto. Ele estava no Brasil. Um milagre!” O segundo milagre que ela espera é a vinda da filha mais velha para junto deles.

Formada pela Universidade de Kinshasa, Silvie não teve seu diploma reconhecido aqui. Trabalhou como assistente de educação em uma escola da Zona Leste, onde seus filhos estão matriculados, perto da casa que alugou. Hoje, o marido sustenta a família sozinho porque ela teve uma menininha, há nove meses, e dedica todo o tempo às crianças. Os outros dois estão em fase de adaptação à língua, à escola, ao país tão diferente, à vida nova, enfim.

Jeanete

“Cheguei a Fortaleza sem conhecer ninguém. Nunca tinha viajado antes. Não sabia se devia ir para o norte ou sul do país. Estava muito confusa.” O relato é de Jeanete, 30 anos, que hoje, dois anos após a entrada no Brasil, não sabe do paradeiro dos quatro filhos nem se estão vivos. Ela vinha de uma encruzilhada, com duas opções: fugir ou morrer nas mãos do pai, um importante líder islâmico no Senegal, onde ela nasceu. Embora o país seja laico – o que determina que as diversas religiões e etnias sejam respeitadas e aceitas –, o discurso oficial

Em paz,
Jeanete
quer, agora,
achar os
filhos que
deixou no
Senegal



não conta muito. Na prática, as famílias se regem por rígidos valores, dentro de uma forte redoma patriarcal e hierárquica.

Aos 15 anos, Jeanete tornou-se a quarta esposa de um homem mais velho. Ele morreu, ela passou a sustentar os filhos como comerciante. Mais tarde, se apaixonou por um cristão e se casou às escondidas. “Meu pai invadiu a casa onde dormíamos, nos espancou em praça pública e, depois, enterrou meu marido, vivo, em um buraco cavado na areia.” A senegalesa jamais poderia imaginar que, um dia, reencontraria seu amor. Arrastada de volta para casa, tinha certeza de que ele não resistiria. A imagem que guardou era devastadora.

Ao ouvir a mãe dizer que ela também seria liquidada, Jeanete escapou pela floresta. “Eu já não dormia mais. Saí com cicatrizes na cabeça e as dores de um pé quebrado.” Conseguiu chegar a Praia, capital de Cabo Verde, e arrumou um emprego. Mas entrou em pânico ao ver parentes rondando sua moradia. Decidiu que daquela vez iria mais longe: “Pedi ajuda para o meu patrão, que me entendeu e pagou uma passagem para o Brasil. Eu nem sabia em que lugar, no mapa, ficava o país”.

Jeanete dormiu no aeroporto de Fortaleza. Não comeu nada, porque o dinheiro era curto. Falando inglês, compreendeu que poderia ter mais chances em São Paulo. Viagrou de ônibus e, dias depois, estava instalada no Brás, costurando para pagar as contas.

A maior alegria foi abrir a porta e se surpreender. Seguindo os passos de Jeanete, mostrando a foto dela em cada parada, o marido a reencontrou. “Deixei o homem ‘morto’ e ele veio atrás de mim”, conta. Estão felizes, respeitam suas diferenças religiosas. Jeanete, muçulmana, faz pausas e reza cinco vezes por dia. E hoje ganha a vida como autônoma. “Aqui estou bem. Mas sou uma mulher traumatizada, marcada pela falta das crianças e de notícias sobre elas.” Mesmo admitindo que está “salva e em paz”, ela se diz insegura. Há dois anos, enfrenta a angustiante espera pela resposta do governo à sua solicitação de reconhecimento da condição de refugiada. A demora no processo e a incerteza a tornam incapaz de realizar uma busca mais efetiva pelos filhos.



Só havia mortos nas ruas da Síria. Mayada decidiu ir embora

Mayada



Compras na feira e idas à Igreja Católica no Ipiranga, bairro que virou sua casa

A guerra na Síria, uma das mais cruéis dos nossos dias, começou em março de 2011, devastou o país inteiro, matou mais de 240 mil pessoas e empurrou para fora das fronteiras 4 milhões de cidadãos. No meio deles, Mayada, 50 anos, professora de francês na Universidade de Damasco. Com o marido e duas filhas adolescentes, ela tomou a decisão de sair em um dos dias mais tristes de sua vida. “Eu estava levando minha filha mais velha para prestar vestibular. No caminho até o local da prova, só enxergávamos corpos pelas ruas”, lembra ela. “Nunca tínhamos visto um cadáver. Na minha cultura, coloca-se um lençol branco em cima dele para preservar a imagem do morto. Mas não era possível cobrir tantos corpos.”

Mayada já andava muito tensa e amedrontada desde o assassinato brutal de um colega, professor de educação física, na porta da universidade. “Quatro homens desceram de um carro e atiraram só porque ele treinava crianças cujas famílias compactuavam com o governo.” O presidente Bashar al-Assad vem de uma família que está no poder há 40 anos. Foi para derrubá-lo e acabar com a ditadura que ocorreram, em janeiro de 2011, uma série de protestos populares. A guerra civil derivou deles. “Não sei por que chamam isso de primavera árabe. É, na verdade, um inverno muito rigoroso e longo”, opina Mayada. De lá para cá, o grupo extremista Estado Islâmico,

também conhecido como Isis, e a filial da al-Qaeda na Síria, a Jabhat al-Nusra, violam, sistematicamente, os direitos dos cidadãos. “Era difícil sair de carro sem passar por barreiras com homens armados, em locais incertos. Os soldados do governo usavam botas; os rebeldes, outros sapatos. Ficávamos atentos: se os rebeldes nos parassem, morreríamos, porque somos cristãos.” Já

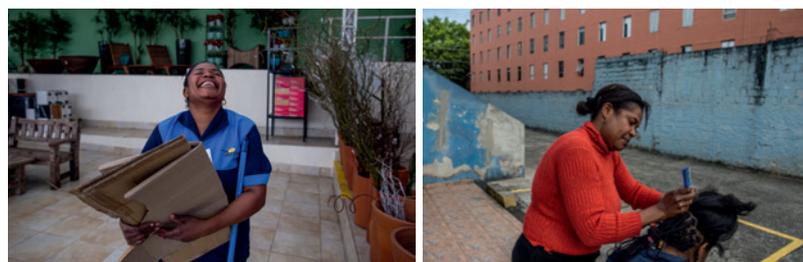
as forças de segurança da Síria poderiam prendê-los. De acordo com a ONG Human Rights Watch, o exército oficial continua a deter as pessoas arbitrariamente, submetendo-as a maus-tratos e tortura, muitas vezes sequestrando ou mantendo-as em uma extensa rede de cárceres espalhada pelo país.

“Eu amo a minha Síria, a que conheci, não a que existe hoje. Essa não me interessa”, diz a professora. “Minhas filhas tiveram uma depressão nervosa e não conseguiam mais estudar. Não queria que continuassem crescendo em uma cultura de guerra; pior ainda sendo

meninas e estando expostas a todo tipo de violência”, afirma. “Então, batemos a porta e saímos.” Isso ocorreu no final de 2013. O aeroporto de Damasco funcionava com alguma regularidade e eles conseguiram voar. Na Síria, Mayada deixou, além da casa, um terreno, carros e o consultório de prótese dentária do marido. “Não temos mais nada.” Um dia depois de sua debandada, houve uma grande manobra que matou muitas autoridades do regime. “O palácio do governo era bem ao lado de casa. Soube que todas as minhas janelas e portas estouraram.”

Nos últimos dois anos, o Brasil facilitou a concessão de vistos a sírios, e eles já são mais de 1,7 mil, o maior grupo de refugiados recomeçando a vida aqui. Mayada está vivendo no bairro paulistano de Ipiranga, onde vai à feira e à igreja. A família se mantém com as próteses feitas pelo marido. “Eu dou algumas aulas particulares de francês, mas não consegui emprego formal”, diz. As maiores dificuldades, ela aponta, são aprender português e conquistar uma vaga na universidade para as filhas. São raros os programas que oferecem vestibular flexibilizado para refugiados. Mayada reconhece a importância de ter a família ao lado para um bom recomeço longe do país de origem. E lembra que refugiadas sofrem muito e precisam ser acolhidas em várias frentes. A principal medida que ela defende virou um apelo, que repete sempre: “Ajudem a refugiada a guardar seus filhos”.

Jonathan



A nigeriana Jonathan, 44 anos, professora, mãe de quatro crianças, aproveitou o breu da noite e sumiu. Levou três peças de roupa. Andou quatro dias sem parar até atingir, trôpega, a fronteira do país vizinho, Benin, onde pediu ajuda à embaixada brasileira. Obteve visto de turismo e voou para cá. “Eu estava com muito medo do desafio de recomeçar a vida do zero”, recorda. Ela vive sozinha no Brasil desde 2014 e espera, com documento provisório, o sim ao seu pedido de refúgio. Até hoje, relê uma mensagem que lhe dá coragem para seguir lutando. “Na despedida, meu filho mandou um SMS dizendo: ‘Mãe, fuja para salvar sua vida. Você é o instrumento que Deus encontrou para nos salvar.’” Jonathan morre de saudade das crianças, do marido, de casa. Sua fuga foi uma decisão familiar. “Só tínhamos dinheiro para uma passagem”, conta. “Mas eles sabem: uma mulher nunca abandona os filhos. Eu vou achar meios para reunir a nossa família outra vez.”

O algoz de Jonathan é o grupo terrorista Boko Haram, que invadiu a cidade onde morava, no norte da Nigéria. Na tentativa de impor a lei islâmica (Al Sharia) na região, rica em reservas de petróleo e minerais, esses radicais seguem atacando civis, bombardeando ônibus, queimando igrejas, escolas... “No princípio, parecia que o alvo eram apenas os cristãos da minha etnia, igbo. Mas logo to-

dos viraram alvo: os terroristas não perguntam a sua religião antes de atirar em você”, explica.

O Boko Haram ficou conhecido no mundo ao sequestrar 220 alunas de uma escola. A ação era para deixar claro que a educação de mulheres estava proibida pelas novas leis. Celebridades, como as atrizes Salma Hayek, Jessica Biel e Anne Hathaway, e até a primeira-dama americana, Michelle Obama, pediram a libertação das meninas em uma campanha famosa (*#bringbackourgirls*), mas sem sucesso.

Embora o Boko Haram se apresente como religioso, seus métodos de atuação são os mais profanos, incluindo estupro, mutilação e o uso de crianças como homens-bomba. “Explosões ocorrem dentro de qualquer ônibus só para causar pânico”, afirma. “O som forte me apavorava. Sempre via corpos nas ruas. Era difícil me concentrar no trabalho.” Jonathan e outros professores começaram a ser pressionados para interromper as aulas. “Alguns recebiam cartas que diziam: ‘Deixe esse lugar ou você se arrependerá. Eram escritas em hausa, língua da etnia dos muçulmanos na Nigéria.’”

A escola em que Jonathan trabalhava foi fechada, mas ela seguiu defendendo o poder da educação. Passou a lecionar inglês na sua igreja, como missionária. “Ao ensinar uma menina, estamos instruindo as próximas gerações que aprenderão com ela.” Para Jonathan, isso é como dar o próprio leite a um bebê. “Quando uma mulher amamenta, não está passando só alimento, mas transmitindo conhecimento.” Mesmo em vulnerabilidade, ela resistia. “Jamais concordaria com um ‘Estado’ que expõe crianças à ignorância.” A compreensão da missão de professora tornou-a visível demais aos extremistas. “Os bombardeios se intensificaram de dia e, de noite, ocorriam assassinatos secretos e públicos de cristãos. Decidi sair do país.”

Em São Paulo, encontrou nos classificados um emprego, com carteira assinada, de auxiliar de limpeza em um shopping. Não há uma medida especial do governo para a inserção do refugiado no mercado. Uma educadora qualificada, como ela, tem que se contentar com cargos aquém da sua capacidade. Jonathan faz fisioterapia até hoje para diminuir as dores no pé, que a incomodam desde a fuga. Ela não se sente uma mulher completa, ainda. “Preciso da família comigo.” Há meses, alugou um apartamento na Zona Leste. Está sem mobília, mas ela já sonha com os filhos brincando felizes por ali. ●

No shopping, onde trabalha, e fazendo tranças em uma amiga

A professora Jonathan enfrentou o Boko Haram na Nigéria, onde ficou sua família

